

Nº 255 - Dispensar ARTUR VIRGINIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Especializado, código TC-204.00, classe C, padrão 15, matrícula 3796-6, da função comissionada de Chefe da Seção de Manutenção de Ar Condicionado, FC-02, da Coordenadoria de Serviços Auxiliares do Ministério Público Federal.

Nº 256 - Dispensar DANILO MOTA RIBEIRO DA COSTA FILHO, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Especializado, código TC-204.00, classe C, padrão 15, matrícula 5715-1, da função comissionada de Chefe da Seção de Automação Predial e Elevador, FC-02, da Coordenadoria de Serviços Auxiliares do Ministério Público Federal.

Nº 257 - Nomear MONIQUE DE SOUZA MOURA para exercer o cargo em comissão de Secretário Administrativo, FC-01, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Nº 258 - Nomear LUÍS CLÁUDIO SENNA CONSENTINO para exercer o cargo em comissão de Secretário de Procurador, FC-02, de Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República da 2ª Região - (Rio de Janeiro)

Nº 259 - Nomear FLÁVIA TEIXEIRA BAPTISTA, Bacharela em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor, FC-05, de Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República da 2ª Região - (Rio de Janeiro), para atuar junto ao Gabinete da Doutora BEATRIZ BARROS DE OLIVEIRA CHRISTO.

Nº 260 - Nomear MICHELE LUCIANE GORGES, Bacharela em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor, FC-05, de Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República da 4ª Região - (Porto Alegre), para atuar junto ao Gabinete do Doutor WALDIR ALVES.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIAS REGIONAIS 10ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 13, DE 22 DE MARÇO DE 2004

O PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 92, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e o Provimento nº 02/2000 da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Trabalho, resolve:

I - designar o Exmo. Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso para funcionar na audiência do processo nº 072/2004, no dia 04.03.2004, às 13h40, na 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

II - designar o Exmo. Procurador do Trabalho Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento para funcionar na audiência do processo nº 1833/2003, no dia 10.03.2004, às 15h, na 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF.

III - designar o Exmo. Procurador do Trabalho Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento para funcionar na audiência do processo nº 1834/2003, no dia 10.03.2004, às 15h15, na 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF.

IV - designar o Exmo. Procurador do Trabalho Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento para funcionar na audiência do processo nº 1835/2003, no dia 10.03.2004, às 15h30, na 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF.

V - designar o Exmo. Procurador do Trabalho Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento para funcionar na audiência do processo nº 1836/2003, no dia 10.03.2004, às 15h45, na 1ª Vara do Trabalho de Taguatinga/DF.

VI - designar a Exma. Procuradora do Trabalho Dra. Maria Beatriz Almeida Brandt para funcionar na audiência do processo nº 232/2004, no dia 25.03.2004, às 12h30, na 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

VII - designar o Exmo. Procurador do Trabalho Dr. Joaquim Rodrigues Nascimento para funcionar na audiência do processo nº 576/2003, no dia 31.03.2004, às 13h30, na 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

RONALDO CURADO FLEURY

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### PORTARIA Nº 438, DE 22 DE MARÇO DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993 e Portaria nº 308/PGR, de 28 de maio de 1996, e, tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.036271/04-12, resolve:

Declarar vago, a pedido, a contar de 15/03/2004, o Cargo de Promotor de Justiça Adjunto da carreira deste Ministério Público, ocupado pelo Doutor MARCELLO PARANHOS DE OLIVEIRA MILLER, com fulcro no Art. 33, inciso VIII, da Lei 8.112, de 11/12/1990, combinado com o art. 287, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável.

JOSÉ EDUARDO SABO PAES

## Tribunal de Contas da União

### SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### PORTARIA Nº 413, DE 22 DE MARÇO DE 2004

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVI do artigo 1º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2003, resolve:

Dispensar o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) FRANCISCO NOGUEIRA CASTELO BRANCO, Matrícula 470-7, da função de confiança de Chefe de Serviço, Código FC-3, exercida no Serviço de Administração da Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí/SEGECEX, a partir desta data.

ARY FERNANDO BEIRÃO  
Substituto

#### PORTARIAS DE 23 DE MARÇO DE 2004

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVI do artigo 1º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2003, resolve:

Nº 415 - Art. 1º É dispensado, a pedido, o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) ARI MARCELO LIOTTO, Matrícula 3358-8, da função de confiança de Diretor, Código FC-4, exercida na Diretoria Técnica de Programação de Fiscalização da Secretaria-Adjunta de Fiscalização/SEGECEX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 416 - Designar o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) GERALDO LUIZ MUNIZ RODRIGUES, Matrícula 3457-6, para exercer, na Diretoria Técnica de Programação de Fiscalização da Secretaria-Adjunta de Fiscalização/SEGECEX, a função de confiança de Diretor, Código FC-4, constante da Resolução-TCU nº 147, de 28 de dezembro de 2001.

Nº 418 - Designar o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) JORGE LUIZ CARVALHO LUGÃO, Matrícula 3590-4, para exercer, na 1ª Diretoria Técnica da Secretaria de Recursos/SEGECEX, a função de confiança de Diretor, Código FC-4, constante da Resolução-TCU nº 147, de 28 de dezembro de 2001.

ARY FERNANDO BEIRÃO  
Substituto

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### PORTARIA Nº 32, DE 18 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no artigo 36 do Regulamento da Secretaria e considerando o que consta do Processo nº 319.750/2004, resolve:

Conceder aposentadoria à servidora LUISA DA SILVA MIRANDA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no artigo 8º, incisos I, II e III, alíneas "a" e "b", da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, assegurado pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, com as vantagens do artigo 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002, e do artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, observado o disposto no § 1º do artigo 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 100, DE 22 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições, resolve

AUTORIZAR a prorrogação da cessão ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo do servidor VINICIUS DE CARVALHO, Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro Permanente desta Corte, sem prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, a partir de 29.04.2004, pelo período de 1 (um) ano.

MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SECRETARIA DO TRIBUNAL

#### PORTARIA Nº 172, DE 23 DE MARÇO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso V, do Ato nº 124/MP, de 12 de junho de 2000, alterado pelo Ato nº 49/MP, de 9 de abril de 2003, e tendo em vista

o disposto nos arts. 9º, inciso I, e 10 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 5º da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, bem como o que consta do processo STJ nº 6204/2003, resolve:

NOMEAR, em caráter efetivo, no cargo abaixo discriminado, as seguintes candidatas, habilitadas em concurso público realizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Cargo: Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado - Taquigrafia, Classe "A", Padrão 1

NOME DO CANDIDATO	ORIGEM DA VAGA
01. BEATRIZ, QUEIROZ VILAS BOAS	Posse de Tânia Bécil Ferreira Helou em outro cargo público inacumulável
02. SANDRA BARBOSA DE LIMA	Posse de Vivianne Barbosa Furtado Nunes em outro cargo público inacumulável

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO RESENDE

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

#### PORTARIA Nº 70, DE 22 DE MARÇO DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no art. 93, inciso I, §§ 1.º e 3.º da Lei nº 8.112/90, com a redação formulada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/91, e tendo em vista o constante do Processo TST - nº 96515/2002-1, resolve:

Prorrogar o prazo de cessão ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região da servidora MEREAIM SOBRINEIRA LIMA, código 10212, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo prazo de um ano, para o exercício de função comissionada.

FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS

### TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

#### ATOS DE 19 DE MARÇO DE 2004

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 396 - TORNAR SEM EFEITO, nos termos do art. 13, § 6º, da Lei nº 8.112/90, a nomeação da candidata LIANA MARIA DA SILVA MATOS, feita pelo Ato/PRESI/630-031, de 09/01/2004, publicado no Diário Oficial da União de 27/01/2004, Seção II, página 23, para o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Nível Superior, Classe "A", Padrão 01, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Nº 397 - TORNAR SEM EFEITO, nos termos do art. 13, § 6º, da Lei nº 8.112/90, a nomeação do candidato LEONARDO FRANÇA LIMA DO VALE, feita pelo Ato/PRESI/630-031, de 09/01/2004, publicado no Diário Oficial da União de 27/01/2004, Seção II, página 23, para o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

Nº 398 - NOMEAR, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei nº 8.112/90, c/c a Lei nº 9.421/96, os seguintes candidatos, aprovados em Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercerem os cargos abaixo discriminados, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Piauí.

I - ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA, NÍVEL SUPERIOR, CLASSE "A", PADRÃO 01  
01-JOÃO CASTELO B. DE V. NETO, em cargo criado pela Lei nº 10.772/2003.

II - TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA, NÍVEL INTERMEDIÁRIO, CLASSE "A", PADRÃO 01  
01-ALCEMIR BARROSO LEAL  
02-ANA REGINA PEREIRA LIMA, em cargo criado pela Lei nº 10.772/2003 e em decorrência da exoneração de Bernardo Alves da Silva Júnior, respectivamente.

Nº 399 - EXONERAR, a pedido, a servidora ANA MARIA DE FREITAS DANTAS, Analista Judiciária, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado da Bahia, do Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor da Secretaria da 15ª Vara daquela Seccional a partir de 05/4/2004.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do P.A nº 1.749/2004-TRF, resolve:

Nº 401 - DECLARAR VAGO o cargo da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "B", Padrão 07, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Maranhão, ocupado pela servidora EDITH IRENE FONTENELLE CABRAL, nos termos do art. 33, VIII, da Lei nº 8.112/90, a partir de 21/01/2004.